

# Contragolpes

## Seleção de artigos da New Left Review

**Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá**

Universidade Federal do Ceará (BRA)

SADER, Emir (org.). Contragolpes. Seleção de artigos da New Left Review.

Tradução de Beatriz Medina. Sao Paulo: Boitempo, 2006. 264 p.

Considerada uma das revistas de esquerda mais respeitadas do mundo, a *New Left Review* (NLR), fundada em 1960, teve entre seus editores nomes como Edward Thompson, Perry Anderson e Robin Blackburn. A revista conseguiu implementar o que desejou, nomeadamente, a criação de um espaço para o que se convencionou chamar, em determinado momento, de “nova esquerda”, para se diferenciar tanto dos partidos comunistas quanto dos social-democratas.

Depois de quase vinte anos tendo à frente Robin Blackburn como seu editor, reassume a direção da *New Left Review* Perry Anderson, com mudanças na sua forma e conteúdo – desde sua apresentação e capa ao conteúdo teórico e político. A vasta gama de assuntos que a Revista aborda vai de economia a estética, política, filosofia e sociologia.

Este número que ora resenhamos intitula-se "Contragolpes" e, apesar de tecido em outra época, vem ao encontro ao que se testemunha na realidade política atual, principalmente a brasileira pós-golpe de 2016 contra o governo eleito. Nesse número, além dos escritos do próprio Perry Anderson, editor da NLR, debruçaremos-nos com o pensamento de Tariq Ali, Susan Watkins – também editora da NLR –, Mike Davis e Robert Brenner. Vale ressaltar que aos citados textos desses nomes, que são parte do comitê editorial da NLR, somam-se textos autorais de Fredric Jameson, Slavoj Žižek e Giovanni Arrighi (colaboradores regulares da NLR), Qin Hui (um entrevistado da China), Loïc Wacquant (colaborador estreito de Pierre Bourdieu) e Peter Hallward.

São textos que tratam de questões relativas ao Iraque e à China, ou sobre a realidade inegável da expansão de favelas – e não apenas os clássicos países terceiro-mundistas. Ademais, o texto que parte da biografia de Edward Said serve para ressaltar o papel do intelectual político. Não esqueçamos que a questão palestina, a crise africana e o poder dos Estados Unidos também são discutidos no atual número da NLR.

Há 50, anos a revista *New Left Review* reúne as mais diversas produções literárias de fundamentação marxista da atualidade. O número em questão, intitulado *Contragolpes*, traz uma seleção de artigos que compuseram as diferentes edições da revista no período entre 2002 e 2004, quando a publicação ainda era dirigida pelo historiador inglês Perry Anderson. A atual seleção de artigos organizada por Emir Sader e traduzida ao português por Beatriz Medina é um presente para os leitores brasileiros, tendo em vista que seus originais não estavam acessíveis, anteriormente, em língua portuguesa.

Em sua apresentação ao público nacional, Emir Sader enfatiza a importância que tem a NLR internacionalmente, apreendida facilmente pelos nomes de seus colaboradores, desde sua criação, a exemplo de Edward Thompson, Perry Anderson e Robin Blackburn – respectivamente seu primeiro, segundo e terceiro editores ao longo de quatro décadas, desde sua criação, no ano de 1960.

A coletânea organizada por Emir Sader com seus onze artigos escolhidos reflete os princípios da revista em suas edições originais e regulares, que sempre buscou dar conta de uma gama de temas, discussões e autores que trabalham em diferentes perspectivas na área das ciências sociais.

Para melhor se fazer um apanhado geral do conteúdo que aguarda o leitor dessa edição especial, vale a pena resenhar algumas breves considerações acerca de seus temas e autores. Tal permitirá ao leitor transitar pelo que foi e pelo que continua sendo as novas formas marxistas de análise dos fenômenos sociais e políticos emergentes do século XXI. É necessário ressaltar, contudo, que a apresentação atual não pretende substituir a leitura na íntegra do rico material e da diversidade dos textos autorais dos números passados, mas apenas introduzir o leitor nos temas que representam parte da trajetória da revista. Afinal de contas (e segundo o próprio organizador), com a NLR, temos em mão uma fonte permanente de renovação do pensamento crítico e transformador difícil de encontrar em outros periódicos dessa natureza.

A abertura desse número compacto em língua portuguesa é feita com o trabalho autoral de Loïc Wacquant, intitulado “Da escravidão ao encarceramento em massa: repensando a ‘questão racial’ nos Estados Unidos”. Ao longo de 20 páginas, o autor traça um percurso histórico e crítico da segregação racial estadunidense, com prerrogativas para facilitar a compreensão do quadro atual de segregação social, que tem, segundo ele, seu lado podre fortemente representado por pessoas de pele escura. Ao repensar a questão racial nos Estados Unidos, Loïc Wacquant passa por várias

“instituições peculiares” que “agiram sucessivamente para definir, confinar e controlar os afro-americanos na história dos Estados Unidos”. Estas são as instituições listadas: a escravidão, o sistema Jim Crow de discriminação e segregação impostas por lei, o gueto [que “corresponde à urbanização e proletarização conjuntas dos afro-americanos desde a Grande Migração de 1914-30 até a década de 1960” (p.11)] e, finalmente, “o novo complexo institucional formado pelos remanescentes do gueto negro e pelo aparelho carcerário ao qual se uniu por meio de uma relação interligada de simbiose estrutural e sub-rogação funcional” (p. 12).

Estratégias de domínio e opressão repetem-se e se aperfeiçoam, sutil e dissimuladamente, no quadro de antagonismos sociais que não podem ser vistos como exclusividade da complexa sociedade americana. Integração forçada inter-racial ou de “má-vontade” – para se utilizar a terminologia de Loïc Wacquant (p. 19) quando se remonta ao que acontecia na década de 1960 e resultava em um distanciamento voluntário do problema, principalmente por parte da população branca. Tal permitia a manutenção de um abismo social e simbólico quase intransponível, que podia ser identificado por meio de atitudes e práticas como o abandono de escolas públicas ou a evitação de áreas povoadas pela população negra nas cidades, defendendo-se do espectro da “igualdade social” (p. 19).

Trata-se de uma detalhada análise dos antecedentes e dos efeitos de uma exclusão multifacetada e originada em várias frentes, a exemplo do sistema jurídico-criminal, contribuindo para a construção de uma comunidade imaginária que compreende a família branca e os demais: o “lado escuro” do sonho americano.

No segundo capítulo, Giovanni Arrighi trata da crise africana enquanto uma tragédia subsaariana que se abateu sobre o continente na década de 1970, no texto “A crise africana: Aspectos regionais e sistêmicos do mundo”. (p. 31). O primeiro objetivo do autor é a recontextualização dessa crise, levando em

conta uma perspectiva histórica mundial, na intenção de avaliar a extensão na qual a crise e a tragédia poderiam ter sido previstas e, portanto, evitadas (ou pelo menos tratadas com mais eficácia e menos danos para as castigadas populações africanas). O autor não esquece o papel que as elites e os governos africanos podem ter desempenhado para (não) evitar tão grande tragédia ou pelo menos neutralizar seus aspectos mais avassaladores (p. 32). “Nos últimos vinte anos, a interpretação dominante da crise africana ligava-a a uma suposta tendência das elites e dos grupos governantes da África às ‘más políticas’ e ao ‘mau governo’. A definição disso, assim como as razões para esse suposto vício africano, variam. Mas a idéia de que a responsabilidade primária pela tragédia africana é das elites e dos governos africanos é comum à maioria das interpretações” (p. 32).

Para Perry Anderson, autor do capítulo “Força e Consenso”, apenas parte de questões complexas que estão implicadas no tema acerca do papel dos Estados Unidos no mundo podem ser respondidas; e é exatamente isso o que tenta fazer ao longo do seu texto (p. 62). Essa discussão perpassa a forma de funcionamento da hegemonia norte-americana e seu corolário de força e consenso na única superpotência. O equilíbrio da força e do consenso nas investidas da política externa norte-americana é uma maneira de se descrever esse papel que se diz hegemônico. O desfile das atividades bélicas ao redor do mundo faz parte dessa busca de força e consenso dentro da nomeada hegemonia cunhada em Washington. A partir da exposição de fatos relativos a intervenções em torno de acontecimentos externos que tiveram a presença dos aliados como determinante em seus cursos e desfechos, a exemplo da guerra nos Bálcãs, ou desfechos de acontecimentos internos vindouros causados pelos “inimigos da nação” – como se descreve o ocorrido com o atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos e a destruição da simbologia de poderio maior dos americanos. O autor não se esqueceu de abordar, nesse contexto, a ideia da prevenção como justificativa para ações bélicas sem questionamentos ou negociações internacionais. A análise das intervenções nesses pontos distintos,

mas igualmente vulneráveis do planeta, forma a base da crítica do autor para o totalitarismo que representa um sistema a ser combatido e questionado, a despeito de levar o nome de preventivo e ao buscar o consenso muitas vezes com o exercício da pressão e da chantagem. “A doutrina da prevenção é uma ameaça a todos os Estados que, no futuro, venham a cruzar a vontade da potência hegemônica ou de seus aliados” (p. 84).

*É um fato da natureza humana que a maioria das pessoas não tenha um forte senso de justiça.*

Qin Hui

Quebrando a sequência de artigos analíticos e discursivos sobre temas diversos, são incluídos, entre os textos selecionados, uma entrevista e uma homenagem. Em primeiro lugar, uma entrevista biográfica com Qin Hui (respeitado intelectual chinês, colaborador de Pierre Bourdieu) e, a seguir, uma homenagem que presta a um dos maiores pensadores do mundo contemporâneo, Edward Said, feita por Tariq Ali. A trajetória do homenageado se confunde com sua contenda com o *establishment* político e cultural do Ocidente e do mundo árabe oficial (p. 111). A entrevista biográfica com Qin Hui oferece um passeio pela história contemporânea de seu país, desde os primórdios da revolução cultural aos primeiros anos deste século, quando a China passou a integrar a Organização Mundial do Comércio, em 2002. Diferentemente do quadro informativo que se pode obter a partir de pesquisas em livros tradicionais de história da China, uma compreensão dos sucedâneos da época, a narrativa de Qin Hui, com seu vigor e pregnância, envolve o leitor à medida que descreve suas origens na Revolução Cultural e dissecas as estratégias do Estado para o campo e a cidade. Acompanha-se, portanto, ao longo de sua própria biografia, os sucessivos eventos políticos que reescreveram a história da China.

Na sequência, a merecida reverência a Said é feita a partir de trechos de entrevistas realizadas por Ali para compreender a trajetória do amigo ao longo

(e a partir) dos efeitos dos acontecimentos no Oriente Médio, nas décadas de 1960 e 1970. Sua obra saiu do prisma da literatura para o da política, influenciada pelos efeitos da Guerra dos Seis Dias (1967), quando Tariq Ali se tornou um escritor político comprometido com a causa palestina: a literatura passou a ser para o autor uma tarefa essencialmente histórica, não apenas estética. (p. 114).

Voltando aos Estados Unidos, Robert Brenner busca responder com seu texto “Novo Boom ou Nova Bolha?” questões básicas sobre os caminhos da economia norte-americana e possíveis relações com acontecimentos externos e internos. O autor discute o que deflagrou a desaceleração que só teve trégua no início de 2002, associada a “choques externos” – 11 de Setembro, escândalos envolvendo empresas e o ataque ao Iraque (p. 117). “O que impulsionou a atual aceleração econômica? Aceleração esta que aponta para a realidade do crescimento mais rápido do PIB na segunda metade de 2003 e para o aumento significativo do lucro, indicando um novo *boom*” (p. 117). “Ela é sustentável? A economia rompeu afinal o longo caminho ladeira abaixo, que provocou um desempenho global cada vez pior a cada década desde 1973? Qual a perspectiva de avanço?” (p. 117). Vale ressaltar o contexto pré-eleitoral do segundo mandato de George W. Bush, no qual foram cunhados por Brenner os argumentos que tentam explicar as questões postas. O autor conseguiu antever os indícios de uma derrocada na economia americana apesar da aparente e cantada recuperação de então, conforme se testemunhou a partir de 2008 (tempo muito posterior ao texto ora apresentado):

“Mesmo assim, a sustentabilidade do aumento do dinamismo é questionável, sobretudo dada a herança da virada pós-2001. Uma expansão mais rápida não aumentará o custo do crédito numa época em que as famílias, o governo, as empresas e o próprio setor financeiro estão todos imensamente onerados? Não provocará também o inchamento do déficit de transações correntes num momento em que o dólar já está caindo? Pode a economia avançar com a expansão dos setores de serviços e financeiros que atendem ao consumo quando os setores fundamentais produtores de bens continuam sobrecarregados pela capacidade ociosa e

pela reduzida lucratividade, quando os produtores estrangeiros ocupam parte cada vez maior do mercado norte-americano de bens, quando a exportação fica ainda mais para trás da importação sem esperanças de fechar a lacuna com o câmbio atual e quando os Estados Unidos dependem da generosidade dos governos do leste da Ásia para honrar suas obrigações internacionais? A economia dos Estados Unidos está em território desconhecido. Sua capacidade de encontrar o caminho continua uma incógnita”. (p. 157)

Em seguida, Mike Davis aborda, no seu texto “Planeta das favelas”, a problemática da saturação das metrópoles. A partir de referenciais como transformação das cidades, migrações, surgimento de hipercidades, esvaziamento rural etc., são traçadas e analisadas suas consequências para o futuro da humanidade e outras formas de convivência. A complexa relação entre essas novas constituições urbanas, movimento operário, religiosidade e os efeitos violentos da globalização neoliberal estão na ordem do dia do autor para definir os rumos do desenho urbano mundial e seu processo de “afavelamento”. Uma “interdependência assimétrica” que também está presente em países ricos, com suas relações desiguais entre “centro-periferia” que também desarticulam laços tradicionais antes já existentes entre cidade e campo prejudicando as redes econômicas internas. (Golub, 2010, p. 7)<sup>275</sup>.

A grande questão é se, em vez de crescimento e prosperidade nesses novos tempos de desenvolvimento científico e tecnológico, de acúmulo de conhecimentos e de domínio de meios para lidar com desafios urbanos, caminhar-se-á, mesmo assim, para um excedente populacional que transformará as cidades em depósitos de lixo produzido por um excedente populacional que trabalha nos setores informais de comércio e serviços, sem especialização, desprotegidos e com baixos salários. (Davis, p. 208).

Pode haver mais de 250 mil favelas na Terra. Sozinhas, as cinco maiores metrópoles do sul da Ásia (Karachi, Mumbai, Délhi, Kolkata e Dacca) somam cerca de 15 mil comunidades faveladas diferentes com um total de

---

<sup>275</sup> Saturação das metrópolis. Philip S. Golub. *Le Monde Diplomatique Brasil*, março de 2010. p. 6-7).



mais de 20 milhões de habitantes. Uma população favelada ainda maior cobre o litoral em urbanização da África ocidental, enquanto outras conturbações imensas de pobreza espalham-se pela Anatólia e pelas terras altas da Etiópia; abraçam a base dos Andes e do Himalaia; explodem para longe dos núcleos de arranha-céus da Cidade do México,, de Jo-burg, Manila e São Paulo; e, claro, ladeiam as margens dos rios Amazonas, Niger, Congo, Nilo, Tigre, Ganges, Irrawaddy e Mekong. É paradoxal que os tijolos desse planeta-favela sejam ao mesmo tempo, totalmente intercambiáveis e espontaneamente únicos, como os bustees de Kolkata, os chawls e zopadpttis de Mumbai, os kachi abadis de Karachi, os kampungs de Jacarta, os iskwaters de Manila, as shammasas de Cartum, os umjondolos de Durban, os intra-muros de Rabat, as bidonvilles de Abidjan, os baladis do Cairo, os gecekondus de Ancara, os conventillos de Quito, as favelas do Brasil, as villas miseria de Buenos Aires e as colônias populares da Cidade do México. São os antípodas tenazes das paisagens genéricas de fantasia e dos parques temáticos residenciais – os burgueses ‘Offworlds’ [mundos de fora], de Philip K. Dick – nos quais a classe média global cada vez mais prefere se enclausurar.” (p. 199-200).

O texto “Opção Zero no Haiti”, de Peter Hallward, revela a falta de opção de um povo negro que teve o governo eleito constitucionalmente derrubado por forças externas e, desde então, continua incapaz de governar a si mesmo. Enfim, a opinião pública é vítima mais uma vez de uma (mal)dita “guerra humanitária”; dessa feita, em benefício dos arrasados três terços ocidentais da ilha caribenha, outrora denominada de *La Española*. O território de que falamos, conquistou sua independência em janeiro de 1804 e, só a partir de então, passou a se chamar Haiti. Diante do que tal independência representava no jogo de forças colonial-escravocratas de então, a tentativa dos ex-colonizadores franceses, junto aos Estados Unidos, foi tornar o novo país inviável, o que de certa forma, efetivamente ocorreu.

A já estabelecida estratégia bélica arrogante, perpétua, unilateral e dita preventiva foi ultimamente abençoada pela ONU e permite manter e reforçar a ideia dos grandes salvadores do mundo, preparados para intervir em qualquer ponto do planeta, no qual os bons fluidos civilizadores regulem o desmando, investido de incapacidade, a exemplo das protoculturas pós-colombianas. Talvez já estejamos nos acostumando às cenas intermitentes; ora de profunda miséria, ora de bondade e dedicação das forças internacionais localizadas

naquela parte da ilha caribenha. Tudo justifica a saída “acordada” – no dia 29 de fevereiro de 2007 – do presidente haitiano eleito em pleito reconhecido internacionalmente. Mais um governante legitimamente estabelecido foi retirado à força de seu posto. Nada estranho ou novo para os brasileiros que passaram pelo estelionato eleitoral recente com o golpe de 2016 contra a presidente Dilma Roussef, que foi impedida de terminar o mandato para o qual foi eleita (que deveria cumprir até 2019). Falamos do presidente Jean-Bertrand Aristides. Desta feita, a França se aproxima dos Estados Unidos na tarefa de “salvar” aquele país em vias de “autodestruição”, certamente por se tratar de uma população pobre, formada – em sua maioria – por descendentes de escravos que, segundo as avaliações externas, se “provava incapaz de uma autogestão”. Essa exemplar cortesia multilateral, como denominada por Peter Hallward, parece aliviar as tensões da desobediência francesa durante a invasão americana ao Iraque.

Nesse jogo de aparências, há, contudo, os que dele participam sem medir as consequências. É assim que acreditamos ter perdido o governo brasileiro a chance de continuar coerente com seus princípios de reconhecimento e respeito aos Estados soberanos, mantendo-se fora de um conflito que deveria ter sido resolvido – se com ajuda externa, noutros termos. O jogo mundial de interesses, como se reflete no caso Haiti, é o mesmo jogo imperial-intervencionista, cuja participação torna os menores e periféricos apenas mais vulneráveis. O compartilhamento de poder e respeito no cenário internacional entre poderosos e periféricos, como querem crer alguns líderes de países “emergentes”, é ilusório. Ser coerente, respeitando fronteiras e regimes democraticamente estabelecidos, continua como a melhor e mais sensata estratégia no cenário internacional politicamente correto. Não soube a Venezuela transitar autonomamente por um delicado terreno, no qual tentativas intervencionistas falharam e discursos outros duvidavam da competência de seu povo para “saber do seu destino”? Pode-se arguir serem incomparáveis as duas realidades, mas não no que tange a ingerência em assuntos domésticos de países soberanos. A recente e fracassada tentativa de tomada de poder no caso

Hugo Chavez/Venezuela, orquestrada pelo governo estadunidense e ajudada, segundo depoimentos, por membros do próprio governo espanhol, quis antecipar-se aos meios democráticos de que dispunha o país para resolver seu conflito interno, meios esses que de fato se provaram, à época, suficientes e eficazes. Por que não acreditar que os povos e as nações necessitam de outro tipo de ajuda na resolução de seus conflitos que não a desmedida e arrogante ingerência dos ditos civilizados e ricos?

No caso do Haiti, a diplomacia e imprensa francesas compactuaram descaradamente com o golpe. Dessa forma, tornou-se fácil tomar a frente em um processo de intervenção sacramentado pelo Conselho de Segurança da ONU, que resultou na queda abrupta e em circunstâncias nebulosas de um presidente. Sabe-se que, retirado de seu país à força, deixou espaço para que fosse transformado o jogo de classes explicativo da situação social do Haiti, em um atestado de incapacidade nacional de auto-governar-se – justificando a presença dos ex-colonizadores e salvadores de pátrias alheias. Mais uma vez, a hipocrisia imperialista quer nos fazer esquecer a nefasta *des-construção* colonial e nos levar a crer por correta a anacrônica manutenção de territórios e possessões de além mar.

Mas a história não nos deixa esquecer os efeitos da nefasta colonização francesa e sua atitude predadora no Haiti, origem e razão de seu sofrimento hodierno. O regime escravocrata cultivado pelos colonizadores, por muito tempo fonte de lucros e luxo da burguesia comercial francesa, levando riqueza a suas cidades, não deve ser apagado da memória dos que querem entender a fundo o mal que todas as relações coloniais trouxeram ao novo mundo.

A miséria que restou deve ser, como esclarece o texto de Peter Hallward, protegida com o efetivo da ONU, liderado pelo Brasil no intuito de promover um governo democrático e dar poder ao povo haitiano. Ali deverão ficar até a democracia ser reinstaurada, como afirmou o embaixador chileno na ONU. (p. 241).

A coletânea de artigos desse número especial em português da revista *New Left Review* NLR se encerra com Susan Watkins, tratando de comparar a troca de poder em Bagdá, Iraque, com o regime de Pétain, em Vichy. "Vichy no Rio Tigre" foi o trabalho mais recentemente publicado entre aqueles escolhidos para compor a atual coletânea, saindo originalmente no número 28 de julho-agosto de 2004, com o título em inglês "Vichy in the Tigris". Apesar de se centrar nas questões do poder estrangeiro e nacional no Iraque do período pós-invasão, a autora inclui informações acerca das políticas para Cabul (Afeganistão) e outros temas imbricados na sua problemática, relativos ao próprio Oriente Médio e seus diferentes Estados, guerras e histórias. Outro aspecto interessante e explicativo das dificuldades em passagem de poder local está no que se conhece por formação de uma resistência com matizes, fontes e destinos diversos. Uma resistência que, segundo a autora, poderá continuar dando duros golpes no exército de ocupação e em seus auxiliares, esvaziando o apoio à recolonização, independente de quem se instalar na Casa Branca. Naquela altura, a perspectiva de Barack Obama ocupar o posto ainda era algo desconhecido, mas isso certamente não diminui o que Susan Watkins sabiamente descrevia como futuro confuso na terra invadida. Hoje sabemos o que resultou dessa catastrófica empreitada do governo Bush e seu recrudescimento com a megalomania e insanidade da política externa do atual presidente Trump para o Oriente Médio. Nada do que falou a autora no seu texto deixou de ser premonitório e esclarecedor para os dias de trevas atuais no que tange à política global hegemônica.

Os textos de *Contragolpes* ainda que em época anterior ao que vivenciamos como cenário político atual no Brasil e no mundo – veja-se o cenário das eleições, do recrudescimento neoliberal e as questões de imigração ilegal também – apenas traz a certeza de como a NLR é pertinente em suas tratativas para melhor compreender o passado, o presente e o futuro das realidades políticas e sociais, reforçando a capacidade analítica para abordar fenômenos diversos do mundo no século XXI.